

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra - AME Taboão da Serra - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
**AME Taboão da Serra**

CNPJ: 61.699.567/0029-93

**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.**

Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2021 e 2020 - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>16.330.271,48</b>	<b>15.295.898,81</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.510.989,30</b>	<b>15.476.616,63</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	5.930,03	1.875,19	Fornecedores	314.786,45	203.393,42
Bancos conta movimento	397,47	373,39	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.9)	314.786,45	203.393,42
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	5.532,56	1.501,80	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>1.545.900,67</b>	<b>546.478,65</b>
<b>Contas a Receber Curto Prazo – Saúde (Nota 3.3)</b>	<b>16.099.197,87</b>	<b>15.092.172,09</b>	Serviços de Terceiros P. Jurídica (Nota 3.10)	1.545.900,67	546.478,65
Vlr a Receber Secretaria de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	14.421.180,00	13.420.096,00	<b>Serviços Próprios</b>	<b>1.517.026,90</b>	<b>1.685.087,01</b>
Valores em Negociação – Contrato (Nota 3.3.2)	1.662.486,33	1.662.486,33	Salários a pagar (Nota 3.11)	441.245,95	513.226,84
<b>Outros Créditos (Nota 3.4)</b>	<b>15.531,54</b>	<b>9.589,76</b>	Contribuições a recolher (Nota 3.12)	104.925,49	128.151,85
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	15.440,98	9.581,37	Provisão de férias e encargos (Nota 3.13)	755.183,34	792.391,13
Valor transitável (Nota 3.4.2)	39,49	0,00	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	60.185,87	63.274,51
Antecipação salarial – Insuficiência de saldo (Nota 3.4.3)	51,07	8,39	Impostos a recolher (Nota 3.14)	153.374,43	185.890,86
<b>Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.5)</b>	<b>428,10</b>	<b>559,42</b>	Benefícios (Nota 3.15)	2.111,82	2.151,82
Prêmios de seguros e outros a vencer	428,10	559,42	<b>Tributos</b>	<b>81.074,62</b>	<b>61.331,59</b>
<b>Estoques (Nota 3.6)</b>	<b>224.715,48</b>	<b>201.292,11</b>	Obrigações Tributárias (Nota 3.16)	81.074,62	61.331,59
Materiais nutrição	2.986,17	2.181,59	<b>Contas a Pagar</b>	<b>13.052.200,66</b>	<b>12.980.325,96</b>
Medicamentos	22.412,08	25.413,69	Valores a Realizar – Contrato (Nota 3.17)	12.986.931,30	12.948.674,35
Materiais Médicos e Outros Materiais de Consumo	145.540,27	150.494,32	Outras contas a pagar (Nota 3.18)	2.850,09	313,20
Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	53.776,96	23.202,51	Estrutura SPDM	8.642,31	8.135,90
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>36.097.175,42</b>	<b>47.149.210,00</b>	Operações com Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	53.776,96	23.202,51
<b>Contas a Receber Longo Prazo</b>	<b>35.346.000,00</b>	<b>46.515.336,00</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>36.097.175,42</b>	<b>47.149.210,00</b>
Contratos Públicos a Receber (Nota 3.7)	35.346.000,00	46.515.336,00	<b>Recursos Convênios em Execução – Saúde</b>	<b>36.097.175,42</b>	<b>47.149.210,00</b>
<b>Ativo Imobilizado – Bens de Terceiros</b>	<b>602.505,33</b>	<b>571.183,88</b>	Imobilizado – Bens de Terceiros (Nota 3.8)	3.741.267,60	3.389.214,30
Bens Móveis – Bens de Terceiros (Nota 3.8)	3.556.162,20	3.204.108,90	Ajuste vida útil econ. – Bens Móveis e Intangíveis (Nota 3.8.1)	(2.990.092,18)	(2.755.340,30)
Ajuste de vida útil econômica – Bens Móveis (Nota 3.8.1)	(2.953.656,87)	(2.632.925,02)	<b>Contratos Públicos a Realizar (Nota 3.7)</b>	<b>35.346.000,00</b>	<b>46.515.336,00</b>
<b>Ativo Intangível – Terceiros</b>	<b>148.670,09</b>	<b>62.690,12</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>52.608.164,72</b>	<b>62.625.826,63</b>
Intangível de Terceiros (Nota 3.8)	185.105,40	185.105,40	<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>(180.717,82)</b>	<b>(180.717,82)</b>
Ajuste de vida útil econômica – Intangíveis (Nota 3.8.1)	(36.435,31)	(122.415,28)	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(180.717,82)
<b>Total do Ativo</b>	<b>52.427.446,90</b>	<b>62.445.108,81</b>	Resultado de Exercícios Anteriores	(180.717,82)	0,00
			Resultado no período – Superávit/Déficit – Saúde (nota 6)	0,00	0,00
			<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>52.427.446,90</b>	<b>62.445.108,81</b>

Descrição	Nota	Realização de Transferência		Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit Acumulado	Superávit / Déficit	Total
		Patrimônio social	Avaliação Patrimonial				
<b>Saldo 31.12.2019</b>	<b>5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores			0,00				
Transferência para o Patrimônio							
Transferências Recebidas				0,00		0,00	
Transferências Enviadas				0,00		0,00	
Realização do APP			0,00			0,00	
Ajustes de Exercícios Anteriores				(180.717,82)		(180.717,82)	
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	
<b>Saldo 31.12.2020</b>	<b>5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(180.717,82)</b>	<b>0,00</b>	<b>(180.717,82)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social							
Realização da Avaliação Patrimonial Exercício Anteriores							
Transferência para o Patrimônio							
Transferências Recebidas				0,00		0,00	
Transferências Enviadas				0,00		0,00	
Realização do APP			0,00			0,00	
Ajustes de Exercícios Anteriores				(180.717,82)		(180.717,82)	
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	
<b>Saldo 31.12.2021</b>	<b>5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2021	2020	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			<b>1 - Receitas</b>	<b>17.175.115,70</b>
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00	1.1) Prestação de serviços	14.493.169,34
Ajustes p/ conciliar resultado às atividades operacionais			1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00
Depreciação e amortização	0,00	0,00	1.3) Outras Receitas	11.045,26
Resultado na venda/baixa de ativos imobilizado	0,00	0,00	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	2.670.901,10
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	(180.717,82)	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>5.048.973,61</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	628.993,71
(Aumento) Redução em contas a receber	(1.001.084,00)	(8.432.664,51)	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.149.504,20
(Aumento) Redução outros créditos	(11.163.394,22)	(44.562.330,35)	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	147.307,04
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	131,32	0,00	2.4) Outros	123.168,66
(Aumento) Redução em estoques	7.151,08	(90.267,95)	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>12.126.142,09</b>
Aumento (Redução) em fornecedores	1.110.815,05	379.075,06	<b>4 - Retenções</b>	<b>0,00</b>
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(11.131.079,05)	52.709.895,77	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(145.273,78)	123.871,66	<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>12.126.142,09</b>
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	117.301,42	(303.531,62)	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>0,09</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>121.356,26</b>	<b>(356.669,76)</b>	<b>6.1) Receitas financeiras</b>	<b>0,09</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>12.126.142,18</b>
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>12.126.142,18</b>
(-) Adição de Bens de Terceiros	(117.301,42)	303.531,62	<b>8.1) Pessoal e encargos</b>	<b>9.106.726,60</b>
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	8.2) Impostos, taxas e contribuições	528,23
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(117.301,42)</b>	<b>303.531,62</b>	8.3) Juros	3.859,34
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			8.4) Aluguéis	344.126,91
Captação de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	2.670.901,10
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00		
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.054,84</b>	<b>(53.138,14)</b>		
Saldo inicial de Caixa e Equivalente	1.875,19	55.013,33		
Saldo final de Caixa e Equivalente	5.930,03	1.875,19		

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras** - A Entidade, SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966 e 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. **Características da Unidade Gerenciada** - O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra foi criado pelo Decreto Lei nº 55.936 de 21 de junho de 2010 do Governo do Estado de São Paulo, com foco no atendimento assistencial na área de consultas ambulatoriais espe-



Continua



**Continuação**

Valores correspondentes ao Fluxo de Caixa:

Relatório de Execução Orçamentária – Exercício 2021		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato	13.385.896,00	130.000,00
Resultado de Aplicação Financeira e Outras Receitas	28.890,80	0,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>13.414.786,80</b>	<b>130.000,00</b>
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	9.248.498,47	0,00
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	4.162.233,49	130.000,00
<b>Total das Despesas</b>	<b>13.410.731,96</b>	<b>130.000,00</b>

**9 - Contribuições Sociais** - Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da CO-FINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$

2.670.901,10 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e um reais e dez centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados** - Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.161.162,22 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 que foi de R\$ R\$ 431.963,09 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e sessenta e três reais e nove centavos). **9.3 - Isenção do PIS sobre a Folha de Pagamento** - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração So-

cial (PIS) sobre a folha no ano de 2021 o valor de R\$ 564.867,52 (quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), em 2020 foi R\$ 405.309,97 (quatrocentos e cinco mil, trezentos e nove reais e noventa e sete centavos). **10 - Trabalho Voluntário** - Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou o valor de R\$ 1.908,86 (um mil, novecentos e oito reais e oitenta e seis centavos). **11 - Exercício Social** - Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Entidade, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31 de dezembro de 2.021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM - CRM 44625

Dr. Vitor Sergio Kawabata - Diretor Técnico - SPDM - AME Taboão da Serra - CRM 57591

Simone Gomes do Nascimento Fidler - Contadora - CRC ISP 270.999/O-7

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis** - Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (AME Taboão da Serra)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado (DVA)**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demons-

trações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

